CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAUJO, estabelecidas pela Portaria n.º 9.028/2018-MP/PJG, no período de 16/07 a 10/08/2018, a contar de 03/08/2018, e AUTORIZAR o gozo dos 8 (oito) dias restantes de férias no período de 26/11 a 03/12/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, Belém, 14 de dezembro de 2018.

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

para a Área Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 9.030/2018-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o § 2º do art. 42 da Lei nº. 8.520, de 01 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018, que estabelece que os créditos suplementares com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos serão abertos até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato de seus dirigentes, observados os prazos legais estabelecidos,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 1.540.000,00 (Um milhão, quinhentos e quarenta mil reais), para atender a programação do Orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

PROG. DE	NATUR.	FT	VALOR
TRABALHO	DA DESP.		SOLICIT.
12101.03.126.1434.8326	339040	0101	1.540.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			1.540.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria ocorrerão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:

PROG. DE	NATUR.	FT	VALOR
TRABALHO	DA DESP.		SOLICIT.
12101.03.128.1434.8329	339039	0101	130.000,00
12101.03.122.1434.8332	339030	0101	240.000,00
	339033	0101	370.000,00
	339039	0101	240.000,00
	339040	0101	140.000,00
12101.03.331.1434.8334	339046	0101	420.000,00
TOTAL DO CANCELAMENTO			1.540.000,00

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 14 de dezembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 9.040/2018-MP/PJG

A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 114/2018-MP/PJG, de 12 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME, estabelecidas pela Portaria n.º 7530/2018-MP/PJG, no período de 3 a 11/7/2018, a contar de 8/7/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, Belém, 17 de dezembro de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

para a Área Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 9086/2018-MP/PJG

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 1322/2018-MP/3ªPJM, protocolizado sob o nº. 56503/2018;

CONSIDERANDO que ainda não houve instauração de Procedimento Investigatório Criminal, em obediência à Resolução nº. 181/2017/CNMP,

R E S O L V E: DELEGAR poderes ao Exmo. Sr. Promotor de Justiça Dr. Alexandre Batista dos Santos Couto Neto, atual Coordenador do Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MP/PA (NIC-CAO/DC-IDC), conforme Portaria nº. 5.361/2017-MP/PJG, publicada no DOE de 21/08/2017, para, com fundamento no Art. 56, IX da Lei nº. 057/2006, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, oficiar no presente feito e tomar as providências que entender cabíveis.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de dezembro de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 394802

EXTRATO DA PORTARIA Nº 032/2018-MP/PJJ

O Promotor de Justiça de Jacareacanga, com fundamento nos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, na forma das Resoluções nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e 10/2011 do Ministério Público do Estado do Pará, combinados com o artigo 52, incisos I e VI, da Lei Complementar do Estado do Pará nº 57/2006, torna pública a instauração de Inquérito Civil nº 014/2018-MP/PJJ, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Jacareacanga, situada na Av. Joana da Costa Barroso, s/n, Bairro Bela Vista, CEP nº 68.195-000 - Jacareacanga - Pará - Fone/Fax: (93) 3542-1311.

Portaria nº 032/2018-MP/PJJ.

Investigados: Raulien Oliveira Queiroz.

Assunto: Prestação de contas do ex prefeito de Jacareacanga, Raulien Oliveira Queiroz, referente ao exercício de 1996.

Osvaldino Lima de Sousa - Promotor de Justiça

Protocolo: 394859

EXTRATO DA PORTARIA Nº 035/2018-MP/PJJ

O Promotor de Justiça de Jacareacanga, com fundamento nos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, na forma das Resoluções nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e 10/2011 do Ministério Público do Estado do Pará, combinados com o artigo 52, incisos I e VI, da Lei Complementar do Estado do Pará nº 57/2006, torna pública a instauração de Inquérito Civil nº 017/2018-MP/PJJ, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Jacareacanga, situada na Av. Joana da Costa Barroso, s/n, Bairro Bela Vista, CEP nº 68.195-000 - Jacareacanga - Pará - Fone/Fax: (93) 3542-1311.

Portaria nº 035/2018-MP/PJJ.

Investigados: João Lima da Silva, Cerâmica Alto Tapajós Ltda-ME, Jociel Serra de Oliveira, Francisco da Conceição, Francisco Alison Pimenta Costa, Jean da Cruz Severino, Carlos Almir da Silva Queiroz, Sandro Rodrigues de Souza, Francisco Pereira de Souza Neto, Lorecy Luiz Fontana, Francisco das Chagas da Silva, Jorge Moraes Costa, David Silva da Conceição.

Assunto: Dano ambiental causado pelas atividades de olarias em Jacareacanga.

Osvaldino Lima de Sousa - Promotor de Justiça

Protocolo: 394867

PORTARIA Nº 064/2018-MP-3º PJ/MA/PC/HU

O 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, torna pública a Portaria nº 064/2018-MP-3º PJ/MA/PC/HU que foi instaurado o Procedimento Administrativo, o qual será tombado sob o nº 000067-113/2018-MP-3º PJ MA/PC/HU, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36- Anexo I-terreo-Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Conversão: 14/12/2018

Objeto: acompanhamento por parte da Promotoria de Justiça, em relação à falta de abrigo aos moradores de ruas do município de Belém; e a necessidade de acompanhar junto ao Município a relação de cadastro de moradores de rua, para atuação estritamente urbanística de planejamento da cidade.

Requerente: MP de Ofício

Requerido: Prefeitura de Municipal de Belém - PMB

Promotor de Justiça: Raimundo de Jesus Coelho de Moraes

Protocolo: 394877

EXTRATO DA PORTARIA Nº 030/2018-MP/PJJ

O Promotor de Justiça de Jacareacanga, com fundamento nos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, na forma das Resoluções nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e 10/2011 do Ministério Público do Estado do Pará, combinados com o artigo 52, incisos I e VI, da Lei Complementar do Estado do Pará nº 57/2006, torna pública a instauração de Inquérito Civil nº 012/2018-MP/PJJ, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Jacareacanga, situada na Av. Joana da Costa Barroso, s/n, Bairro Bela Vista, CEP nº 68.195-000 - Jacareacanga - Pará - Fone/Fax: (93) 3542-1311.

Portaria nº 030/2018-MP/PJJ.

Investigados: Raimundo Batista Santiago, Escritório de Contabilidade Salomão & Araújo Serviços de Contabilidade - ME, Alcides José Grando, Francivaldo Antônio dos Santos Lopes, Jaimilly Quintero Salomão.

Assunto: Supostas práticas de fraudes contábeis na Prefeitura Municipal de Jacareacanga.

Osvaldino Lima de Sousa - Promotor de Justiça

Protocolo: 394853

EXTRATO DA PORTARIA Nº 026/2018-MP/6ªPJ/ATM

O 6º Promotor de Justiça de Altamira/PA, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23- CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 004/2018-MP/6ªPJ/ATM - SIMP nº 000094-806/2017, que se encontra à disposição no 6ª Promotoria de Justiça de Altamira, situada na Rua Coronel José Porfírio, n.º 2560, Bairro Esplanada do Xingu, Altamira/Pará, fone (93) 3515-1696/1744/1998.

Portaria nº 026/2018-MP/6ªPJ/ATM

Requerido: Em apuração.

Assunto: apurar os crimes ambientais, ameaças e violações de direitos difusos e coletivos na Associação dos Produtores Rurais do Ramal Terra Legal, no município de Senador José Porfírio, com objetivo de tratar o conflito fundiário e exigir o cumprimento da política de reforma agrária nos moldes da lei.

Helem Talita Lira Fontes - 6ª Promotora de Justiça Agrária de Altamira, em exercício

Protocolo: 394913

EXTRATO DA PORTARIA Nº 025/2018-MP/PJSDA

A Promotora de Justiça de São Domingos do Araguaia, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 012/2018-MP/PJSDA e retificado pela portaria nº 025/2018-MP/PJSDA e registrado sob o número único IC 007/2018-MP/PJSDA que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de São Domingos do Araguaia, situada na Avenida Jarbas Passarinho, nº293, Centro, CEP. 68.520-000 - São Domingos do Araguaia - Pará - Fone/Fax: (94) 3332-1206.

Portaria nº 025/2018-MP/PJSDA

Investigado: Posto de resfriamento de leite em São Domingos do Araguaia.

Assunto: Apurar supostas irregularidades na produção de laticínio, no posto de resfriamento de leite, localizado na fazenda rufa, zona rural do Município de São Domingos do Araguaia.

São Domingos do Araguaia/PA, 28/10/2018

PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE - Promotora de Justiça

Protocolo: 394897

EXTRATO DA PORTARIA Nº 024/2017-MP/9ªPJ/STM

O Promotor de Justiça Titular de Almeirim, designado para a 9ª PJ/STM, em atuação conjunta, através da Portaria nº 4152/2018-MP/PJG, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/2007, torna pública a instauração do Procedimento Investigatório Criminal SIMP nº 007817-031/2017, que se encontra à disposição na 9ª Promotoria de